DESAFIOS DAS COBERTURAS JORNALÍSTICAS: INFLUÊNCIA POLÍTICA NA IMPRENSA E A VEICULAÇÃO DO RACISMO AMBIENTAL

CHALLENGES OF JOURNALISTIC COVERAGE: POLITICAL INFLUENCE IN THE PRESS AND THE DISSEMINATION OF ENVIRONMENTAL RACISM

Tais Conceição Rocha[1]
Diego Luz Santos[2]
Júlia Maria fritsch Centurião[3]

RESUMO

O presente artigo investiga os desafios enfrentados pelos jornalistas na cobertura do racismo ambiental, conceito que designa a exposição desproporcional de comunidades negras, indígenas, quilombolas e periféricas a riscos ambientais decorrentes de decisões políticas, industriais e de negligência do poder público. A partir de revisão bibliográfica e análise de estudo de caso, o artigo examina de que maneira a influência política e econômica nos veículos de comunicação interfere na visibilidade jornalística do tema, com recorte na realidade do Estado da Bahia e da cidade de Salvador. A pesquisa parte da hipótese de que a estrutura de propriedade dos grandes grupos de mídia baianos, historicamente ligada a famílias com poder político no estado, contribui para a invisibilização ou tratamento superficial do racismo ambiental na cobertura jornalística. Como estudo de caso, analisa-se a reportagem da *TV Aratu* sobre a contaminação da praia de São Tomé de Paripe, ocorrida em fevereiro de 2026, que afetou diretamente cerca de 1.200 trabalhadores da comunidade pesqueira local. A análise evidencia que, embora a cobertura tenha cumprido o papel de dar visibilidade à situação, ela não recorreu ao conceito de racismo ambiental nem explorou as dimensões estruturais, raciais e políticas do problema. Os resultados confirmam a hipótese e apontam para a necessidade de uma prática jornalística comprometida com a função social da profissão capaz de nomear, contextualizar e politizar os conflitos ambientais que recaem sobre as populações historicamente marginalizadas.

Palavras-chave: racismo ambiental; jornalismo ambiental; influência política na mídia; invisibilização midiática; comunidades periféricas

Abstract

This paper investigates the challenges faced by journalists in covering environmental racism, a concept that designates the disproportionate exposure of Black, Indigenous, Quilombola, and marginalized communities to environmental risks resulting from political, industrial, and public authorities' negligence decisions. Based on a literature review and case study analysis, the article examines how political and economic influence on media outlets interferes with the journalistic visibility of the topic, focusing on the reality of the state of Bahia and the city of Salvador. The work hypothesizes that the

[1] Discente UNIFTC
[2] Docente REDE UNIFTC
[3] Docente REDE UNIFTC

ownership structure of large media groups in Bahia, historically linked to families with political power in the state, contributes to the invisibility or superficial treatment of environmental racism in journalistic coverage. As a case study, it analyzes a report by *TV Aratu* on the contamination of São Tomé de Paripe beach, which occurred in February 2026 and directly affected approximately 1,200 workers from the local fishing community. The analysis shows that, although the coverage fulfilled the role of giving visibility to the situation, it did not resort to the concept of environmental racism nor did it explore the structural, racial, and political dimensions of the problem. The results confirm the initial hypothesis and point to the need for a journalistic practice committed to the social function of the profession, capable of naming, contextualizing, and politicizing the environmental conflicts that affect historically marginalized populations.

Keywords: Environmental racism; Environmental journalism; Political influence in the media; media invisibility; Peripheral communities

INTRODUÇÃO

O racismo ambiental é uma forma de discriminação estrutural que afeta, de forma desproporcional, comunidades negras, indígenas, quilombolas e periféricas. Apesar do termo ter sido criado nos Estados Unidos na década de 1980 por Benjamin Franklin Chavis Jr., químico, reverendo e liderança do movimento dos direitos civis dos negros nos EUA, ele traz à tona uma realidade muito presente no Brasil, onde desastres naturais, ausência de saneamento, contaminação do solo e negligência do poder público recaem principalmente sobre populações historicamente marginalizadas. Apesar da sua gravidade, o assunto ainda não é tão discutido nos grandes veículos de mídia. Quando debatido, é feito de modo superficial ou descontextualizado. Por esse motivo, este artigo pretende entender o que pode ser o fator limitante nas coberturas sobre esse assunto.

Assim, este estudo tem como objetivo principal refletir sobre os desafios enfrentados pelos jornalistas em coberturas referentes ao racismo ambiental, considerando a influência da política nos meios de comunicação, com foco na realidade do Estado da Bahia e na Cidade de Salvador. Já os objetivos específicos são: compreender o que é o racismo ambiental, onde e como acontece; analisar o crescimento das favelas e a sua ligação com o Racismo Ambiental no Brasil e no Estado da Bahia; compreender a função social do Jornalismo e como ele colabora na visibilidade (ou invisibilidade) do Racismo

Ambiental considerando a influência política dominante nos meios de comunicação baianos e propor mudanças na composição da estrutura e abordagem dos conteúdos jornalísticos sobre o racismo ambiental.

A escolha do tema surgiu a partir de uma percepção crítica e de uma inquietação vivida tanto no âmbito pessoal quanto profissional, ao observar como o racismo ambiental, apesar de ser um tema de extrema relevância social, que tem ganhado cada dia mais destaque na imprensa, ainda é tratado de forma superficial e, muitas vezes, negligenciado pelas grandes mídias. Sabe-se que o papel do jornalismo é dar visibilidade às injustiças, promovendo informação de qualidade e atuando com responsabilidade social. Entretanto, ao observar a cobertura jornalística sobre temas ambientais e raciais, é notável a presença de lacunas, omissões e até distorções, muitas vezes influenciadas por interesses políticos e econômicos de pessoas que atuam nos bastidores dos veículos de comunicação. O artigo justifica-se pela necessidade de reflexão sobre os limites e possibilidades da prática jornalística diante de um tema tão sensível e crescente.

A presente pesquisa é fruto de uma revisão bibliográfica e estudo teórico que visa a compreender de que forma a influência política nos meios de comunicação interfere na cobertura jornalística sobre o racismo ambiental, especialmente em comunidades periféricas na Cidade de Salvador. Parte-se da hipótese de que a influência política e econômica nos meios de comunicação limita a profundidade e a qualidade das coberturas jornalísticas sobre o racismo ambiental, contribuindo para a invisibilização ou para o tratamento superficial do tema, sobretudo quando relacionado a populações historicamente marginalizadas.

No artigo, será discutido o papel social do jornalismo enquanto ferramenta de informação, denúncia e produção de visibilidade. Também será analisada a influência política e econômica nos veículos de comunicação, destacando como esses fatores podem interferir na definição de pautas e na forma de abordagem dos temas. Por fim, será tratada a questão da invisibilização dos conflitos ambientais na imprensa, observando a ausência, superficialidade ou descontextualização das coberturas.

Além disso, será feita uma análise de um caso específico com a descrição do seu contexto social e ambiental. Em seguida, será realizada a

análise da cobertura jornalística, considerando aspectos como linguagem, abordagem e profundidade das informações. Além disso, serão examinadas a repercussão da cobertura e o nível de engajamento do público em relação ao tema. Por fim, vale destacar os principais teóricos utilizados para estruturar esse artigo, como por exemplo: Antonio Meneghetti (2011) e Tânia Pacheco (2022).

RACISMO AMBIENTAL: CONCEITO, ORIGEM E MANIFESTAÇÕES

O presente tópico tem como objetivo ambientar o leitor ao assunto chave do artigo, o racismo ambiental, que é um conceito que descreve como populações marginalizadas principalmente negras, indígenas, quilombolas e periféricas sofrem de forma desproporcional os impactos da degradação ambiental, da poluição e dos desastres naturais.

O termo 'Racismo Ambiental' foi criado no ano de 1980, a partir de pesquisas feitas por Benjamin Franklin Chavis Jr., um homem negro, químico, reverendo e um dos lideres do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. Durante sua juventude, Benjamin foi assistente de Martin Luther King Jr. (1929 – 1968) um pastor, ativista político e ganhador do Prêmio Nobel da Paz devido às suas ações voltadas ao combate ao racismo nos Estados Unidos por meio da resistência não-violenta. O termo passou a existir durante alguns protestos que estavam ocorrendo na década de 80, contra depósitos de resíduos tóxicos no condado de Warren, no Estado da Carolina do Norte nos EUA, onde a maioria da população era negra[4].

Apesar disso, com o passar dos anos, o conceito de racismo ambiental foi ampliado e passou a abranger os casos de injustiças sociais e ambientais que impactam em maior parte os grupos étnicos vulnerabilizados e outros grupos discriminados por sua raça, origem ou cor. Ou seja, fatos ocorridos que abalam mais os negros, bem como comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas, entre outras.

[4] O que é racismo ambiental e de que forma ele impacta populações mais vulneráveis, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2024/o-que-e-racismo-ambiental-e-de-que-forma-impacta-populacoes-mais-vulneraveis. Acesso em: 05 mar. 2026.

> Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações vulnerabilizadas. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto "racial", não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. (…) O conceito de Racismo Ambiental nos desafia a ampliar nossas visões de mundo e a lutar por um novo paradigma civilizatório, por uma sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados, independentemente de cor, origem e etnia (PACHECO, 2022)[5].

O racismo ambiental geralmente acontece de modo silencioso, pois faz com que os grupos vulnerabilizados se sintam incapazes de buscarem por mudança e que fiquem silenciados por se considerarem culpados, por morarem em locais de risco ou por não terem acesso à água potável, saneamento básico e moradias bem moldadas. Tudo isso deve-se também ao racismo estrutural que privilegia determinada raça em detrimento de outra. Com isso, ele acaba se relacionando com o racismo ambiental, já que, na maioria dos casos onde ocorrem desastres naturais ou até mesmo desigualdade ambiental, a maior parte da população afetada são não têm qualidade de vida.

A última pesquisa feita pelo IBGE em 2022 mostra que a Bahia é o quarto estado brasileiro com mais residentes em favelas e é composta pela maior população quilombola do Brasil. Além disso, o estado integra quatro das 15 maiores favelas do país e cinco das 10 cidades brasileiras com maior população quilombola. Entretanto, isso não impede que o estado baiano seja também um território marcado profundamente pelo racismo ambiental. Um exemplo disso é a capital baiana, que tem sua história marcada por diversas tragédias causadas por negligência das autoridades competentes, resultando em um aumento significativo de famílias profundamente afetadas por essa realidade, muitas vezes, carregando cicatrizes irreversíveis.

[5] PACHECO, Tânia. Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor. Combate Racismo Ambiental, 2022. Disponível em: https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/. Acesso em: 05 mar. 2026.

A COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE RACISMO AMBIENTAL E AS INFLUÊNCIAS POLÍTICAS NA IMPRENSA

O presente item tem como objetivo analisar a função social do jornalismo e seu papel estruturante na vida pública, examinando de que maneira a produção e a circulação da informação constroem e são construídas por relações de poder. Partindo do reconhecimento de que o jornalismo ocupa uma posição central nas democracias contemporâneas, tanto como mediador entre o Estado e a sociedade quanto como espaço de disputa simbólica, busca-se compreender as tensões que atravessam o ideal de neutralidade jornalística diante das desigualdades estruturais que marcam o campo midiático.

Tais tensões não se manifestam apenas no plano editorial, mas se enraízam nas condições econômicas, políticas e históricas que determinam quais vozes são amplificadas e quais são sistematicamente silenciadas. Nesse sentido, a análise considera as influências políticas predominantes sobre as organizações jornalísticas, problematizando a noção de imparcialidade como um valor absoluto e situando-a como produto de escolhas editoriais, financeiras e ideológicas que incidem diretamente sobre a construção do que se entende por informação de interesse público.

Vale ressaltar que o jornalismo tem como finalidade principal informar a sociedade sobre os acontecimentos do mundo. Em sociedades modernas e complexas, ele é essencial para conectar os indivíduos à realidade, não como reflexo fiel desta, mas como um recorte construído que, por isso mesmo, demanda métodos rigorosos de apuração e compromisso ético com a veracidade.

Carlos Eduardo Franciscato (2005) apresenta as características essenciais do jornalismo contemporâneo, consolidadas desde o surgimento da atividade informativa. Para o autor, o jornalismo tem como fundamento a existência de uma verdade apreensível pela técnica e comunicável pela notícia, com compromisso de fidelidade ao real e de produção de conteúdos para a coletividade. Mais do que isso, constitui-se como uma instituição social com papel específico de relatar a verdade do mundo, operando em um ambiente permeado por "princípios, regras, metas, conflitos, pressões,

imposições e disputas, tensões internas e externas que condicionam permanentemente sua atuação" (FRANCISCATO, 2005, p. 167).

O jornalista, enquanto formador de opinião pública e construtor de agendas sobre política, economia e vida social, ao distorcer a informação em função de interesses particulares, compromete não apenas a qualidade do conteúdo produzido, mas a própria função que legitima sua atividade. Antônio Meneghetti (2011) reforça essa perspectiva ao destacar que a atividade jornalística jamais teve, ao longo de sua história, protagonismo e repercussão social tão elevados

> Hoje qualquer coisa é filtrada pelo juízo jornalístico. Substancialmente, o novo pontificado, não tanto o quinto poder, mas o pontificado, a constituição cotidiana que faz a posição de um país, são os jornalistas. [...] Porque aquilo que o jornalista diz, em certo nível, faz ética, faz ideologia, faz mutação, faz sociedade (MENEGHETTI, 2011).

Ao escolher se tornar um jornalista, assume-se o papel de noticiar com veracidade, objetividade, imparcialidade os fatos que comprometam o interesse coletivo, pois a partir da decodificação da mensagem que recebe, media fatos com o público final.

A relevância do jornalismo na sociedade está em constante crescimento. Parte da percepção da realidade formada por cada cidadão tem origem nas informações divulgadas como notícia. Ribeiro e Fossá (2009) retratam o poder da comunicação jornalística como:

> (...) normalizadora da sociedade, é ela que ameniza o caos social, e é uma forma de instaurar uma ideologia de um grupo que se verbaliza através da mídia e torna-se a ideologia dominante, que tem o poder sobre a informação. Com o avanço do liberalismo de mercado, a comunicação virou não só mercadoria, mas a principal ferramenta para monopolizar pensamentos." (RIBEIRO e FOSSÁ, 2009, p. 6).

Grupos de imprensa e mídia são não apenas transmissores de informações como também empresas e, como tais, têm interesses econômicos e políticos que influenciam na circulação das notícias que consumimos. A maior parte destes depende direta ou indiretamente da ajuda monetária do governo e das pessoas ligadas a ele e a política.

Wainer (1987) apresenta e a relação entre Estado e meios de comunicação antes mesmo do Golpe Militar de 1964 que, com base no coronelismo, foi uma das principais épocas quando a imprensa acaba por ser não só censurada, como comprada para que não levasse informação a população sobre tudo que vinha acontecendo no período.

> Como os recursos obtidos com as vendas em bancas e assinaturas eram insuficientes, os meios de comunicação precisavam valer-se de outras fontes de renda, utilizando como moeda de troca seu peso junto à opinião pública. Graças a esse trunfo, os barões da imprensa sempre mantiveram relações especiais com o governo, que tanto lhes prestava favores diretos como beneficiava seus amigos – amigos que sabiam retribuir a ajuda recebida. Para assegurar o apoio dos meios de comunicação, ou ao menos evitar que lhe fizessem oposição frontal, o governo contemplava jornais e revistas com isenções fiscais, facilidades para a importação de papel, eventualmente anúncios (WAINER, 1987, p. 224).

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2018) estabelece que, como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse. Além disso, aponta também que a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica, seja pública, estatal ou privada, seja da linha política de seus proprietários e/ou diretores.

A responsabilidade social do jornalismo e dos jornalistas (Traquina, 2008) não é possível quando as notícias são reduzidas a uma mercadoria, produto de um negócio capitalista. O autor destaca que os ideais do jornalismo funcionam como uma proteção e ajudam a legitimar a empresa jornalística. O poder do jornalismo e dos jornalistas aponta para a importância das suas responsabilidades sociais. A afirmação do reconhecimento de suas responsabilidades, por parte dos jornalistas e também dos donos das empresas jornalísticas, não é possível, reduzindo as notícias a uma simples mercadoria (Traquina, 2008, p. 208).

Seguindo a linha de pensamento de Traquina (2008), o jornalismo não deve ser tratado apenas como moeda de troca, já que isso faz com que a notícia ao ser reduzida a uma mercadoria, perca o seu potencial de

transformação. A crítica não fica somente para os jornalistas que aceitam essa situação; estende-se também para os empresários e suas empresas de comunicação, que tratam a informação como um bem negociável que deve ser usado somente como bem lucrativo sendo que ao contrário do que pensam e da forma que agem. Afinal, a responsabilidade social teórica do jornalismo só pode ser assegurada quando a prática informativa estiver alinhada com os valores éticos e não apenas com o capital.

O jornalismo tem como sua principal finalidade informar a sociedade, prestando, assim, um serviço público à população. Atualmente, os principais veículos de imprensa funcionam como empresas de comunicação guiadas por estratégias administrativas voltadas ao aumento do lucro. A questão central é identificar o que prevalece nesse embate: o cumprimento da função social ou a busca por lucro?

Assim, torna-se relevante examinar como o jornalismo se posiciona diante de notícias que podem não gerar maior interesse comercial para seus produtos: de que forma o jornalismo trata as minorias e suas questões, e como as apresenta a um público majoritário presumido, que dedica cada vez menos tempo à leitura de jornais? Estaria o jornalismo abrindo mão de sua função social de expor à sociedade os problemas presentes nas periferias ou apenas reproduzindo as preferências dessa maioria presumida que compõe sua audiência?

Apesar da teoria de atuação do jornalismo e dos profissionais que compõem a área ser bem formulada, o assunto principal do presente artigo, que retrata como o racismo ambiental segue invisibilizado pela grande mídia, que falha em oferecer uma cobertura honesta e comprometida com o tema. Embora o assunto seja uma realidade concreta, sua definição ainda é pouco visível nos âmbitos social, político e jornalístico, o que dificulta a compreensão de como os impactos ambientais afetam de forma desproporcional os grupos mais vulneráveis.

O racismo ambiental ainda não é tão explorado pela grande mídia até o momento, uma vez que sua abordagem tem sido conduzida em maior parte por veículos alternativos e independentes, que buscam expor como a degradação ambiental atinge de forma mais intensa as populações historicamente marginalizadas como citam as jornalistas Thayssa Kruger e

Claudia Herte de Moraes (2022) em matéria escrita para o site *Jornalismo e Ambiente*[6]

De acordo com Kruger e de Moraes (2022), devido à influência política nos meios de comunicação, a imprensa ainda não dá a devida importância às situações relacionadas às experiências e discriminações raciais resultantes do impacto humano em contextos ambientais, o que mostra falta de preparo para investigar de forma crítica as causas sociais do racismo.

Nos principais veículos de comunicação da Bahia, é possível identificar fatores que contribuem para a escassa visibilidade do racismo ambiental, especialmente considerando que muitos desses grupos são controlados por famílias com forte influência política no Estado, entre estes, destaca-se a TVE, emissora pública estadual, cuja gestão está atrelada ao governo vigente, atualmente sob a liderança do governador Jerônimo Rodrigues, do Partido dos Trabalhadores (PT). Por isso, torna-se necessária a análise de como o jornalismo baiano se posiciona em relação a notícias que podem não atrair mais consumidores.

ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DE COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE RACISMO AMBIENTAL NA BAHIA

Informações extraídas do portal de notícias *Aratu ON*[7] e da emissora *TV Aratu* mostram que, em fevereiro de 2026, moradores da praia de São Tomé de Paripe, localizada no Subúrbio Ferroviário de Salvador, começaram a observar manchas de coloração amarela e azul na areia e na água do mar, além do aparecimento de peixes mortos na região. As análises realizadas pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) identificaram altos níveis de cobre, nitrato e nitrito no local, e as investigações apontaram relação entre a contaminação e as atividades do Terminal Itapuã, gerenciado pela empresa Intermarítima. Em março do mesmo ano, o órgão ambiental interditou as operações do terminal.

[6] Disponível em: https://jornalismoemeioambiente.com/2024/07/26/racismo-ambiental-midia-independente-traz-debate-silenciado-no-jornalismo-corporativo/ Acesso em: 20 mai. 2026.
[7] Disponível em: https://aratuon.com.br/aovivo/. Acesso em 05 mar.2026.

A comunidade, que abriga cerca de 600 famílias, foi diretamente impactada. Pescadores, marisqueiras, barraqueiros e ambulantes totalizando aproximadamente 1.200 trabalhadores vinculados à Associação de Pescadores e Marisqueiras do Subúrbio tiveram suas atividades inviabilizadas tanto pelo risco de contaminação quanto pela desconfiança da população em relação aos produtos extraídos da área afetada. No campo institucional, a responsabilização pelo ocorrido permaneceu indefinida. A Intermarítima atribuiu a contaminação à Gerdau, empresa que anteriormente geria o terminal até sua venda em 2022. A Gerdau, por sua vez, negou qualquer vínculo com o caso. Já o poder público fragmentou responsabilidades: a Prefeitura de Salvador alegou ter atuação limitada por se tratar de área da União, enquanto a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) afirmou não possuir capacidade técnica para apurar danos ambientais. O Governo do Estado, responsável pela gestão da Baía de Todos-os-Santos, também não apresentou medidas efetivas.

Informações extraídas do portal de notícias *Aratu ON*[7] e da emissora *TV Aratu* mostram que, em fevereiro de 2026, moradores da praia de São Tomé de Paripe, localizada no Subúrbio Ferroviário de Salvador, começaram a observar manchas de coloração amarela e azul na areia e na água do mar, além do aparecimento de peixes mortos na região. As análises realizadas pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) identificaram altos níveis de cobre, nitrato e nitrito no local, e as investigações apontaram relação entre a contaminação e as atividades do Terminal Itapuã, gerenciado pela empresa Intermarítima. Em março do mesmo ano, o órgão ambiental interditou as operações do terminal.

A comunidade, que abriga cerca de 600 famílias, foi diretamente impactada. Pescadores, marisqueiras, barraqueiros e ambulantes totalizando aproximadamente 1.200 trabalhadores vinculados à Associação de Pescadores e Marisqueiras do Subúrbio tiveram suas atividades inviabilizadas tanto pelo risco de contaminação quanto pela desconfiança da população em relação aos produtos extraídos da área afetada. No campo institucional, a responsabilização pelo ocorrido permaneceu indefinida. A Intermarítima atribuiu a contaminação à Gerdau, empresa que anteriormente geria o terminal até sua venda em 2022. A Gerdau, por sua vez, negou qualquer vínculo com

o caso. Já o poder público fragmentou responsabilidades: a Prefeitura de Salvador alegou ter atuação limitada por se tratar de área da União, enquanto a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) afirmou não possuir capacidade técnica para apurar danosambientais. O Governo do Estado, responsável pela gestão da Baía de Todos-os-Santos, também não apresentou medidas efetivas.

O caso se insere em um padrão estrutural em que comunidades periféricas, majoritariamente negras e de baixa renda, são desproporcionalmente expostas a riscos ambientais e recebem respostas institucionais mais lentas e insuficientes, configuração que torna este episódio um objeto de análise relevante para os objetivos do presente artigo.

A reportagem selecionada para análise foi veiculada pela *TV Aratu*, no telejornal Aratu Notícias, em 24 de fevereiro de 2026, sob a condução do repórter Vitor Castro[8]. A matéria aborda a contaminação da Praia de São Tomé de Paripe, em Salvador (BA), onde uma substância de coloração azul e amarela passou a surgir nas águas e na faixa de areia, comprometendo a vida de pescadores, marisqueiras e demais moradores da região. A cobertura tem como mérito inegável dar visibilidade a uma situação de claro impacto ambiental e humano, ouvindo diretamente as pessoas afetadas e documentando o sofrimento de uma comunidade que depende do mar para sobreviver.

No entanto, ao se aplicar um olhar analítico mais aprofundado sobre o enquadramento adotado pela reportagem, identificam-se lacunas significativas que merecem reflexão no campo do jornalismo ambiental. Em nenhum momento, a matéria recorre ao conceito de racismo ambiental para nomear ou contextualizar o que está sendo narrado.

Isso ocorre mesmo diante de elementos que evidenciam, de forma bastante direta, a sobreposição entre vulnerabilidade social e exposição ao risco ambiental: moradores pobres que vivem à beira de uma estrada de grande fluxo de caminhões oriundos de grandes empresas, pescadores artesanais que perderam o sustento, marisqueiras que relatam problemas de saúde e idosos que descrevem sintomas possivelmente relacionados à poluição, como ardência na garganta, irritação nos olhos e dores de cabeça,

[8] Pescadores de São Tomé de Paripe. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ej-Vn1ruyx0&t=301s. Acesso em: 20 mar. 2026.

sem que haja qualquer apuração jornalística sobre a relação entre esses sintomas e a contaminação denunciada, a matéria não conta com um especialista que possa explicar essa relação e não busca cobrar dos órgãos governamentais informações sobre procedimentos de saúde a serem realizados na população local.

Marcondes Filho (2002, p.109) identifica armadilhas na comunicação, que destaca a construção de matéria a partir de uma conservação de estereótipos já classificados socialmente. ‘’[...] jornalistas, como todas as pessoas, selecionam os fatos novos e os classificam a partir de seus estereótipos’’. Sendo assim, ao invés de um questionamento sobre a realidade imposta para grupos subrepresentados como pessoas negras, moradores de periferias e entre outros, o profissional jornalista transforma-se em um ser passivo de posicionamento e segue as fórmulas socioculturais prontas.

Nas falas captadas pela reportagem, é possível perceber com clareza a dimensão do impacto vivido pela comunidade. Uma marisqueira que, há 72 anos, trabalha na região relata ter abandonado o ofício que aprendeu ainda criança com os pais, afirmando que não se pode mais comer mariscos da área. Um pescador chora ao perceber que o lugar de onde tirava o sustento da família está sendo destruído. Moradores denunciam que a fuligem proveniente da fábrica e dos caminhões a ela associados invade as casas, impedindo que janelas e portas sejam abertas, e que o barulho constante não cessa nem à noite. Um comerciante local relata que perdeu clientes em decorrência da repercussão negativa da contaminação. Todos esses relatos compõem um quadro de degradação das condições de vida de uma população já historicamente marginalizada, e que, no entanto, não é lido pela reportagem a partir de qualquer chave interpretativa que considere a dimensão racial, social ou estrutural do problema.

Essa ausência não é trivial. Como aponta Lengert (2020), pesquisador do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental, a definição de racismo ambiental ainda carece de visibilidade social, política e jornalística para evidenciar a maneira desproporcional com que problemas ambientais impactam os grupos mais vulneráveis, sendo o tema tratado de forma tímida pelas coberturas tradicionais, restrito sobretudo aos esforços do

jornalismo alternativo[9]. A reportagem da *TV Aratu* confirma esse diagnóstico ao se concentrar no imediato, citando o que é a substância, quem vai investigar, quando haverá resposta dos órgãos responsáveis. A reportagem deixa de explorar as estruturas que tornaram possível que uma empresa instalada próxima a uma comunidade pesqueira de baixa renda opere por anos causando danos sem que qualquer fiscalização efetiva tenha sido acionada antes da crise se
tornar visível.

Essa limitação se alinha ao que as pesquisadoras Thayssa Kruger e Cláudia Herte de Moraes (2024) afirmam: o jornalismo tradicional, ao tratar de questões ambientais, carece de aprofundamento e continua utilizando enquadramentos que simplificam os problemas, isentando políticos da responsabilidade e focando apenas no imediato. No caso analisado, a reportagem cumpre seu papel ao denunciar e registrar a situação, mas não avança para a compreensão das dimensões econômica, cultural e política que estruturam o problema, uma abordagem que seria necessária para que o jornalismo, de fato, mobilize politicamente os cidadãos sobre a urgência do tema.

Há ainda um paralelo histórico que reforça essa análise. Mais de um ano após o vazamento de óleo que atingiu o litoral brasileiro em agosto de 2019, ainda se conhecia muito pouco sobre a dimensão dos impactos para os pescadores artesanais no Nordeste, região que concentrava 83,8% dos pescadores artesanais do país, segundo levantamento da Fundação Joaquim Nabuco. A militante e pescadora Marizélia Lopes, da comunidade quilombola de Bananeiras, na Ilha de Maré, nomeou essa dinâmica de ‘cegueira intencional’, afirmando que a invisibilidade dessas populações não é acidental, mas faz parte de um projeto que nega às comunidades pesqueiras o reconhecimento de seus direitos e a garantia de políticas públicas. O caso de São Tomé de Paripe ecoa esse padrão: uma comunidade que grita, chora e denúncia, mas cuja realidade é narrada sem o vocabulário e a profundidade necessários para que a sociedade compreenda o que, de fato, está em jogo.

A repercussão da reportagem nos ambientes digitais oferece dados

[9] Disponível em: https://jornalismoemeioambiente.com/2020/11/23/o-racismo-ambiental-e-o-jornalismo-miope/. Acesso em 05 mar. 2026.

relevantes para pensar tanto o alcance da cobertura quanto a forma como o público compreende ou não compreende os fenômenos que ela retrata. Até a escrita desse artigo, a matéria completa, publicada no canal do *YouTube* da *TV Aratu* registrou 17.860 visualizações. Já o corte veiculado no perfil oficial da emissora no Instagram alcançou 59,1 mil visualizações, com 1,9 mil curtidas e 152 comentários — números que indicam que o formato curto, adaptado à lógica das redes sociais, teve alcance consideravelmente maior do que a versão televisiva completa, o que é coerente com o comportamento atual do consumo de informação no Brasil.

Esse dado conversa diretamente com o levantamento do *Reuters Institute*[10], segundo o qual 54% da população brasileira recorre às redes sociais para se informar. Ao mesmo tempo, o nível geral de confiança no trabalho jornalístico está em 42%, o que significa que, a cada dez pessoas, seis confiam pouco ou nada em veículos e jornalistas. Esse cenário tem raízes estruturais: segundo o mesmo instituto, não há editores-chefes negros em veículos da mídia hegemônica no Brasil, o que resulta em baixa identificação de grupos minorizados com o trabalho de jornais, emissoras e portais jornalísticos. A comunidade de São Tomé de Paripe, composta majoritariamente por pessoas negras e de baixa renda, está inserida exatamente nesse grupo que historicamente não se reconhece e não é reconhecido pela cobertura jornalística tradicional.

[10] Disponível em: https://static.poder360.com.br/2025/06/Reuters-Institute-Digital-News-Report-2025-1.pdf. Acesso em 20 mar.2026.

Os comentários registrados no post do *Instagram*[11] revelam um engajamento genuíno com a denúncia, mas também confirmam o que a análise da cobertura já indicava: a ausência do conceito de racismo ambiental tanto na reportagem quanto na compreensão do público sobre o que está acontecendo. Um usuário que afirma ter trabalhado na empresa relatou que os resíduos eram descartados diretamente na praia, com os produtos indo para a rede de esgoto, um depoimento grave, que aponta para uma prática sistemática e deliberada de descarte irregular, mas que surge de forma isolada nos comentários, sem que qualquer acompanhamento jornalístico tenha aprofundado essa denúncia. Outro comentário[12] expressa indignação diante da situação, mas enquadra o problema como descaso genérico, sem nomear suas causas estruturais.

Chama atenção, ainda, um comentário que sintetiza com precisão uma percepção compartilhada por parcela significativa da população: a de que, se o problema estivesse acontecendo em um bairro de maior poder aquisitivo, como a Barra, bairro nobre de Salvador, a resposta dos poderes públicos e a visibilidade midiática seriam imediatas e de maior envergadura, chegando, talvez, ao Jornal Nacional. Essa percepção popular, ainda que não nomeie o conceito de racismo ambiental, toca em seu núcleo central: a distribuição desigual dos riscos ambientais e da atenção institucional segundo recortes de classe e raça. Ela revela que a população afetada e os observadores externos sentem intuitivamente a injustiça, mas não dispõem das ferramentas conceituais para articulá-la de forma política e organizada, o que é, em si, um sintoma da ausência do tema na esfera pública e na cobertura jornalística.

Vale notar que os comentários do vídeo no *YouTube* foram desativados, o que limita a possibilidade de análise do engajamento na plataforma e concentra o debate público no Instagram, ambiente onde o formato curto e o ritmo acelerado das interações tendem a favorecer reações emocionais em detrimento de reflexões mais aprofundadas. Essa característica estrutural das redes sociais, somada à ausência de enquadramento crítico na própria reportagem, contribui para que o debate público sobre o caso permaneça no

[11] Disponível em: https://www.instagram.com/reel/DVez3lyDILA/. Acesso em 20 mar.2026.

[12] Disponível em: https://www.instagram.com/reel/DVKPyLWAB4D/. Acesso em 20 mar.2026.

campo da indignação pontual, sem avançar para a exigência de fiscalização político e empresarial que o caso demandaria.

A sensação de tristeza, de impotência e de abandono expressa tanto pelos moradores entrevistados na matéria quanto pelos usuários nos comentários é, por si só, um dado analítico importante. Ela indica que, embora o sofrimento seja reconhecido e compartilhado, falta à população, e à cobertura que a representa, o vocabulário e o repertório político necessários para transformar esse sofrimento em demanda organizada por justiça ambiental.

Como Lengert (2020) afirma, a ausência de realce da imprensa em perspectivas atentas às vivências e às discriminações raciais sofridas reflete um despreparo em apurar os fatos de maneira crítica, investigando as estruturas sociais que perpetuam práticas racistas. E é justamente essa lacuna que o engajamento do público em torno da matéria da *TV Aratu* torna visível: há comoção, há denúncia, há indignação, mas ainda falta o elo que conecta tudo isso a uma compreensão estrutural do racismo ambiental como categoria política e analítica capaz de orientar a ação coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso investigativo desenvolvido nesta pesquisa permitiu evidenciar que a cobertura jornalística sobre o racismo ambiental no Brasil, e, em especial na Bahia, ainda é marcada por lacunas estruturais que não se explicam apenas pela ausência de interesse público ou pela limitação técnica dos profissionais de imprensa. Como ficou demonstrado ao longo dos itens, tais lacunas têm raízes mais profundas, enraizadas nas relações históricas entre poder político, poder econômico e controle dos meios de comunicação.

A análise do caso de São Tomé de Paripe evidenciou, na prática, o que a revisão bibliográfica apontou no plano teórico: o jornalismo baiano é capaz de noticiar situações de impacto ambiental em comunidades periféricas, mas ainda opera com um repertório conceitual insuficiente para nomear essas situações como racismo ambiental e para investigar as estruturas que as tornam possíveis. A reportagem da *TV Aratu* registrou o sofrimento da comunidade, deu voz aos pescadores e marisqueiras afetados, mas não avançou para a compreensão

das causas políticas, econômicas e raciais que determinam por que é precisamente essa comunidade, e não outra, que sofre com a ausência de fiscalização ambiental efetiva.

Esse padrão não é acidental. Como demonstrado a partir das contribuições de Traquina (2005), Franciscato (2005), Meneghetti (2011), Reginato (2019) *apud* Binelo (2023), o jornalismo possui uma função social que não pode ser reduzida à lógica mercadológica sem que se perca o seu potencial de transformação. Quando a notícia é tratada como mercadoria e quando os veículos de comunicação são controlados por grupos com interesses políticos e econômicos consolidados, o resultado é uma cobertura que, mesmo quando presente, permanece superficial, descontextualizada e incapaz de mobilizar politicamente os cidadãos para a exigência de justiça ambiental. A análise do engajamento digital em torno da matéria reforça essa conclusão. A indignação popular existiu e foi intensa, mas permaneceu no campo emocional, sem acesso ao vocabulário político necessário para transformar o sofrimento individual em demanda coletiva organizada.

Diante desse quadro, este artigo defende que o enfrentamento das lacunas identificadas exige transformações em múltiplos níveis. No plano da formação profissional, é necessário que os cursos de jornalismo incorporem, de forma sistemática, conteúdos sobre racismo estrutural, justiça ambiental e jornalismo de dados aplicado a conflitos socioambientais. No plano das redações, é urgente ampliar a diversidade racial entre jornalistas, editores e gestores de pauta, pois, como aponta o levantamento do *Reuters Institute*, a ausência de editores negros na mídia hegemônica contribui diretamente para a baixa identificação de comunidades negras e periféricas com a cobertura jornalística. No plano editorial, é fundamental que os veículos de comunicação assumam publicamente compromissos com a cobertura de temas raciais e ambientais, reconhecendo que informar sobre racismo ambiental é uma obrigação da função social do jornalismo, e não uma concessão a pautas de nicho.

Por fim, é preciso reconhecer o papel crescente do jornalismo alternativo e independente na produção de coberturas mais comprometidas com as realidades de comunidades marginalizadas. Se os grandes veículos ainda falham nessa responsabilidade, são os coletivos de comunicação comunitária,

os portais independentes e os jornalistas que atuam fora das lógicas das grandes empresas de mídia que têm carregado, muitas vezes, com recursos escassos, o peso de nomear e narrar o racismo ambiental com a seriedade que o tema exige.

O caso de São Tomé de Paripe ficará na memória desta pesquisa não apenas como objeto de análise, mas como símbolo de uma realidade que se repete em Salvador, na Bahia e em todo o Brasil: comunidades que gritam, choram e denunciam, enquanto aguardam que o jornalismo cumpra, de fato, sua missão de dar visibilidade às injustiças e fortalecer a democracia. Que este artigo seja uma contribuição, ainda que modesta, para que esse horizonte se aproxime.

REFERÊNCIAS

BINELO, Tainá (2023). **Qual a finalidade do jornalismo afinal?** 29 de maio de 2023. Disponível em: https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/poscom/2023/05/29/qual-a-finalidade-do-jornalismo-afinal. Acesso em 29 abr.2026.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A Fabricação do Presente:** como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão/ SE: Editora UFS, 2005.

KRUGER, Thayssa; MORAES, Cláudia Herte de. **Racismo ambiental:** mídia independente traz debate silenciado no jornalismo corporativo. Disponível em: https://jornalismoemeioambiente.com/2024/07/26/racismo-ambiental-midia-independente-traz-debate-silenciado-no-jornalismo-corporativo/ Acesso em: 20 mai. 2026.

LENGERT, Mathias (2020). **O racismo ambiental e o jornalismo míope.** Disponível em: https://jornalismoemeioambiente.com/2020/11/23/o-racismo-ambiental-e-o-jornalismo-miope/. Acesso em 05 mar. 2026.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo:** a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker, 2002.

MEDINA, Clemilda. **Notícia:** um produto à venda. São Paulo: Summus, 1988.

MENEGHETTI (2011). **Jornalismo, Realidade e Sociedade.** Conferência proferida na Antonio Meneghetti Faculdade. Restinga Sêca-RS, 02 de janeiro de 2011.

PACHECO, Tânia Pacheco (2022). **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo:** uma luta que transcende a cor. Combate Racismo Ambiental. Disponível em: https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-

injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/. Acesso em: 05 mar. 2026.

RIBEIRO, D. B.; FOSSÁ, M.I.T.O. **O poder da informação na midiatização:** reflexões sobre o mito da objetividade na linguagem jornalística e o contexto de produção de sentido do seu discurso. Revista Elementa. Comunicação e Cultura, Sorocaba, v.1, n.2, 2009.

SECRETARIA de Comunicação Social da Presidência da República (2024). **O que é racismo ambiental e de que forma ele impacta populações mais vulneráveis.** Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2024/o-que-e-racismo-ambiental-e-de-que-forma-impacta-populacoes-mais-vulneraveis. Acesso em: 05 mar. 2026.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2008.

TV Aratu (2026). **Moradores denunciam contaminação das águas do mar.** 24 de fevereiro de 2026. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/DVKPyLWAB4D/. Acesso em: 20 mar. 2026.

TV Aratu (2026). **Contaminação na Praia de Paripe por cobre e nitrato.** 4 de março de 2026. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/DVez3lyDILA/ Acesso em 20 mar. 2026.

WAINER, Samuel. **Minha Razão de Viver:** Memórias de um Repórter. São Paulo: Record, 1987.